



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA DIRETORIA-GERAL Nº 37/2017 TRE-PB/PTRE/DG

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os padrões de governança em Tecnologia da Informação no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba;

CONSIDERANDO que o modelo MPS.BR é baseado nas melhores práticas de Engenharia de Software reconhecidas pela comunidade internacional, compatíveis com o modelo CMMI (padrão da indústria de software internacional) e em consonância com normas internacionais de qualidade (ISO/IEC 12207 - processos do ciclo de vida do software, ISO/IEC 15504 - avaliação de processos de software);

CONSIDERANDO a efetividade de adoção de metodologias ágeis de desenvolvimento e seu alinhamento ao modelo MPS.BR;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver um processo padronizado de desenvolvimento de sistemas, em conformidade com as recomendações do TCU – Acórdãos 1603/2008 (item 9.1.14), 1233/2012 (itens 9.15.6, 9.15.7, 9.15.8, 9.15.9, 9.15.18, 9.15.18.5 e 9.15.18.6) e 2314/2013;

CONSIDERANDO recomendação de auditoria interna no Processo nº 23129/2013 - Governança, Riscos e Controles de TI, item 5.6,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, baseado em práticas de metodologias ágeis e do modelo MPS.BR, o Processo de Desenvolvimento e Manutenção de Software no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Art. 2º Para os efeitos desta portaria, consideram-se as seguintes definições:

I. Ciclo de Desenvolvimento: unidade de planejamento com tempo predeterminado e escopo definido. O ciclo deve se concentrar em um único produto, ainda que o time de desenvolvimento tenha outros em seu portfólio.

II. Demanda: qualquer relato relacionado que requeira a criação ou manutenção de aplicações de software.

III. Gestor de sistema: servidor que exercerá as atribuições definidas pela Portaria nº 1115/2016 TRE-PB/PTRE/ASPRE.

IV. Implementação: codificação da solução, proposta em linguagem de programação.

V. Sistema de Controle de Versões: repositório que armazena todas as versões dos arquivos dos produtos. No desenvolvimento de software, sua importância reside na possibilidade de manter o histórico da evolução dos códigos-fonte, de modo que mais pessoas possam trabalhar de forma cooperativa e organizada.

VI. Sistema de Gerenciamento de Demandas: solução para registro e

acompanhamento das demandas destinadas às áreas de desenvolvimento, manutenção e implantação de sistemas de informação.

VII. Time de desenvolvimento: grupo de colaboradores com habilidades e conhecimentos para criação e manutenção de aplicações de software.

Art. 3º O processo de desenvolvimento e manutenção de software se inicia com a autorização de análise do problema, visando à elaboração de proposta de solução.

§ 1º O início do processo para demandas de manutenção de pequeno porte pode ser autorizado pela Coordenadoria de Sistemas (COSIS).

§ 2º O início do processo para demandas de novos sistemas ou manutenções de grande porte deve ser autorizado pelo Comitê Gestor (COGES).

Art. 4º Após a autorização, o gestor do sistema promoverá a reunião de partida entre o time de desenvolvimento e as partes interessadas, momento em que será esclarecido o problema de negócio, definidos papéis, explicado o processo de desenvolvimento e distribuídas responsabilidades.

Art. 5º No prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da reunião de partida, o gestor do sistema promoverá nova reunião para aprovação da proposta de solução escolhida e do planejamento inicial da execução.

Parágrafo único. Devem fazer parte do planejamento inicial:

I. O ciclo de vida para entrega da solução, refletindo necessidades identificadas quanto a atividades técnicas e não técnicas, tais como mapeamento de processos, desenvolvimento de software, implantação, testes, treinamento e normatização.

II. O cronograma de marcos, que priorizará a velocidade e a frequência de entregas, em detrimento de soluções completas, de longo prazo.

III. O escopo do primeiro ciclo de desenvolvimento.

Art. 6º Após reunião para aprovação da proposta e planejamento inicial, deve ser iniciado o primeiro ciclo de desenvolvimento.

§ 1º O escopo do ciclo deve ser aprovado pelo gestor do sistema e pelo time de desenvolvimento.

§ 2º Os requisitos que compõem o escopo aprovado devem ser registrados em Sistema de Gerenciamento de Demandas.

§ 3º Toda implementação feita pelo time de desenvolvimento deve ser apropriadamente gerenciada em Sistema de Controle de Versões.

§ 4º Deve haver rastreabilidade entre requisitos registrados e código-fonte.

Art. 7º Finda a fase de implementação no ciclo, deve ser realizada reunião de revisão a fim de que o time de desenvolvimento apresente ao gestor do sistema os resultados alcançados durante o ciclo.

Parágrafo único. O gestor deve promover a avaliação dos resultados e definir se a versão está apta a ser instalada em ambiente de produção.

Art. 8º Após conclusão do primeiro, novos ciclos de desenvolvimento devem ser promovidos enquanto os objetivos definidos não tiverem sido atingidos.

§ 1º O planejamento inicial será continuamente refinado e comunicado durante os ciclos de desenvolvimento.

§ 2º Mudanças de requisitos ocorridas ao longo dos ciclos devem ser apropriadamente registradas em Sistema de Gerenciamento de Demandas, após aprovação do gestor do sistema.

Art. 9º Após entrega da solução, deve ser realizada avaliação de lições

aprendidas para melhoria do processo de desenvolvimento e manutenção de software.

Parágrafo único. A incorporação das melhorias identificadas à arquitetura e aos processos de trabalho deve ser realizada, sempre que possível, antes do início da próxima iniciativa de desenvolvimento.

Art. 10 Compete ao gestor do sistema a condução de atividades não técnicas necessárias à solução, tais como treinamentos e normatizações.

Art. 11 Compete à Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas a elaboração de guia específico para detalhamento das práticas descritas nesta norma.

ANDRÉ SOARES CAVALCANTI
Diretor Geral do TRE-PB

João Pessoa, 27 de junho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ SOARES CAVALCANTI, Diretor Geral**, em 30/06/2017, às 21:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0203840** e o código CRC **4B97C595**.